



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL DE ASSIDUIDADE

ATA Nº 60 DA COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL

Ata da reunião da Comissão de Controle Social realizada no dia 14 de dezembro de 2022, às 15h20min, na Sala de reuniões do Conselho de Unidade do Centro Socioeconômico (CSE).

1 Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 15h20min a Comissão de
2 Controle Social, instituída pela Portaria nº 21/2022/Prodegesp/UFSC de 23.09.2022, reuniu-se na sala
3 de reuniões do Conselho de Unidade do Centro Socioeconômico (CSE) com o Conselho de Unidade e
4 demais chefias do Centro Sócioeconômico (CSE), para relato das atividades realizadas durante o piloto
5 naquele centro de ensino. Também foram convidados a participar da reunião a Pró-Reitora de Gestão de
6 Pessoas, Sandra Regina Carrieri de Souza, junto das trabalhadoras Dauana Berndt e Juliane de Oliveira;
7 os representantes do Grupo de Trabalho TELEFLEXDIM, Caio Ragazzi Pauli Simão e Luciana
8 Raimundo; e trabalhadores do CSE. Entre presenciais e on-line, estavam presentes 18 pessoas do CSE.
9 A reunião teve o objetivo de tratar sobre o descontentamento de algumas chefias com o projeto-piloto
10 do teletrabalho. A Comissão de Controle Social foi convidada a participar e apresentar o Controle Social
11 aos participantes. A Diretora do CSE fez uma explanação sobre o fato de o centro ser piloto de
12 teletrabalho e do acordo com os trabalhadores sobre como seria feito o piloto de modo a manter a
13 qualidade do trabalho e o atendimento aos usuários. A Pró-Reitora fez um relato de como o controle
14 social e o teletrabalho foram constituídos na UFSC. Ela falou que fatores técnicos levaram o CSE a ser
15 escolhido para ser piloto de ambas as comissões. Luciana propôs fazer uma diferenciação entre ambas as
16 comissões para dirimir possíveis confusões e dúvidas. A Comissão de Controle Social fez uma
17 explanação sobre o controle social e sobre o seu funcionamento. O mesmo foi pensado como um
18 instrumento para dar conta da realidade e não o contrário. Foram apresentadas as bases da proposta, que
19 remonta à reforma sanitária italiana e sua influência na constituição do Sistema Único de Saúde e a
20 relação entre a gestão colegiada das próprias universidades e as exigências legais para o controle de
21 frequência em autarquias dessa natureza. Assim, o Controle Social foi apresentado como um sistema
22 que atende às legislações vigentes, submetendo este fluxo obrigatório à lógica colegiada das
23 universidades e ao ponto de vista da gestão participativa da sociedade. Além disso, destacou-se que a
24 ferramenta ultrapassa o controle de jornadas, constituindo-se enquanto instrumento de planejamento,
25 avaliação e como fundamento futuro para uma nova, eficiente e transparente política contra o assédio e
26 para uma avaliação de desempenho mais representativa da realidade laboral dos trabalhadores. Por fim,
27 a comissão relatou sobre os critérios para o convite ao CSE para participar dos pilotos e como eles
28 foram realizados de maneira escalonada, de modo a testar o máximo possível a ferramenta e seus
29 recursos. Tanto o CSE quanto a Proad foram escolhidos para projeto-piloto para testar ao limite a
30 diversidade de: cargos, jornadas, jornadas reduzidas para TAEs com deficiência, horários de
31 atendimento, formas de organização do trabalho (escala, turno, comercial). Em seguida, o Grupo de
32 Trabalho TELEFLEXDIM começou fazendo uma diferenciação entre o trabalho remoto (realizado
33 durante a pandemia como uma solução emergencial) e o teletrabalho (proposta permanente do serviço
34 público federal). O teletrabalho está sendo feito no CSE e na Proad em virtude do Controle Social estar

35 com o piloto em andamento e o teletrabalho necessitar de um sistema de planejamento e controle, o que
36 o Controle Social atende integralmente. Assim, tanto a Pró-Reitoria, quanto o CSE poderiam participar
37 dos pilotos, sem necessidade de treinamento na ferramenta de controle demandada pelo teletrabalho. O
38 GT lembrou que a demanda do teletrabalho não é só dos TAEs, mas também dos professores, como se
39 observou na aprovação das atividades de pós-graduação na UFSC recentemente. Após as falas das
40 comissões a diretora do Centro abriu para intervenções e esclarecimentos de dúvidas. Os
41 posicionamentos exaltaram como as apresentações haviam sido esclarecedoras, mas que deveriam ter
42 sido feitas antes. Várias manifestações destacaram a falha na comunicação. A diretora do CSE
43 reconheceu que pecou ao não estabelecer contato com os professores para explicar o trabalho que estava
44 sendo realizado como piloto no Centro. A reunião acabou às 17h50min. Nada mais havendo a tratar, a
45 reunião foi encerrada da qual eu, Luciano Antonio Agnes, lavrei a presente ata que será por mim
46 assinada e pelo presidente da Comissão, Antônio Gabriel Santana Martins.

